

# História do Jornalismo no Brasil

Francisco Rüdiger\*



ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007. 276 p.

**H**istória do Jornalismo no Brasil, de Cláudia Lago e Richard Romancini, é, sem dúvida, obra bem-vinda, em especial pela comunidade acadêmica de comunicação e, em geral, pelo público pensador de cultura. Desde que Werneck Sodrê lançara seu volume sobre o assunto, há mais de quatro décadas, permanecera sem nenhuma atualização significativa essa importante matéria para a compreensão da evolução das idéias e a formação da vida civil em nosso País.

Juarez Bahia tentará suprimir a falta, quando da reedição em dois volumes de seu *Jornal: História e técnica* (São Paulo: Ática, 1990). Porém, não tinha o jornalista as credenciais do ofício de historiador que a tarefa reclamava, pecando seu trabalho tanto pelo texto materialmente desordenado, quanto pela carência doutrinária capaz de lhe fornecer a devida sustentação argumentativa e perspectiva metodológica.

André de Séguin fizera muito melhor poucos anos antes, conseguindo elaborar em poucas páginas síntese bastante coerente e informativa da evolução da imprensa jornalística em nosso País. *Brésil, presse et histoire* (Paris: L'Harmattan, 1985), todavia, não teve tradução para o português e sequer chegou ao conhecimento dos poucos interessados no assunto, como dá prova, inclusive, sua

---

\* Doutor em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.

ausência da ampla e bem cuidada bibliografia listada no volume de Lago e Romancini.

Quanto a esse, cumpre, em primeiro, salientar-lhe os méritos. A edição é bem cuidada do ponto de vista gráfico e editorial. O texto flui de acordo com o que exige o método de exposição adotado pelos autores. O emprego de ilustrações enriquece a obra e, ainda mais, o entendimento da matéria pesquisada, refrescando a memória dos mais velhos e abrindo a visão das novas gerações de interessados no desenvolvimento histórico de nossas atividades jornalísticas.

Houve opção por salientar o período mais recente da evolução do nosso Jornalismo – o que nos parece bem proposto. Destarte, pode-se ler o texto numa perspectiva de complementaridade com a obra de Sodré, até porque os pontos de vista empregados numa e noutra são bem semelhantes: são os da leitura política da vida jornalística, conforme ainda argumentaremos. Enquanto Sodré privilegia o período anterior à era Vargas, coerente com a situação hermenêutica em que redigiu sua investigação, aqui a ênfase é posta no período que se abre com ela, chegando o relato dos autores até a época de Lula.

Em linhas gerais, o livro se caracteriza, pela proposta e abrangência, como um manual de cultura geral e de formação universitária. A abordagem se restringe, em essência, ao jornalismo gráfico, com uma ou outra menção aos demais veículos. A consciência disso por parte dos autores nos é advertida pelo texto, não importando portanto em prejuízo material ao volume. O principal em relação à temática, as grandes linhas evolutivas da imprensa brasileira, está consignado no trabalho. O leitor pode percorrer suas páginas saindo seguro de que tem em mãos relato abrangente e bem informado dos momentos formadores da trajetória de nossa imprensa, das origens à atualidade.

Fugindo de hábito comum nos livros do gênero, os autores não dedicam especial atenção às origens do fenômeno que enfocam. O *Correio Braziliense*, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o nascimento da imprensa no Brasil ocupam todo o primeiro capítulo do volume, mas a extensão deste não sai do necessário (p. 15-28). Também está bem distribuída a matéria relativa à imprensa do I e II Reinados, merecedora de um capítulo, para cada um. A Re-

pública Velha tem espaço um pouco maior, a justo título, visto ter a imprensa, no período, assumido uma relevância política proporcionalmente maior no Brasil (p. 67-94).

Desproporcionais nos parecem os capítulos seguintes, sobre o jornalismo a partir da Era Vargas. A razão não é tanto o maior espaço que lhe é concedido (p. 95-240). O problema é a forma como tal é empregado, do ponto de vista da argumentação. A preocupação jornalística com a atualidade, esqueceram os autores, tende a ser viciosa, quando a tarefa é de ordem historiográfica. Aparentemente, sucumbiram os autores à sedução que o mais fácil e imediato, pela abundância de evidências, provoca no ofício jornalístico, embora isso, por si só, como notado antes, não seja em si mesmo um defeito desta *História do jornalismo no Brasil*.

Posto isso, pode-se passar a comentar mais a fundo o trabalho, chamando atenção para algumas limitações importantes e do que nos parece ser seus problemas epistêmicos mais centrais. O caráter de manual, com efeito, não livra o texto de certos questionamentos quanto à abordagem dos materiais por ele proposta e sua correspondente argumentação historiográfica.

Segundo nosso entendimento, o principal gira em torno da primazia conferida à abordagem externalista. O brasileiro sabe muito pouco sobre a história de seu País e é bom que se aproveite a história da imprensa para levar esse conhecimento aos estudantes de Jornalismo e Comunicação. O problema é que, fixando-se excessivamente neste ponto, acaba-se por se perder o que é próprio do objeto selecionado para pesquisa e relato: isto é, a própria prática ou exercício do Jornalismo em suas condições históricas.

Qual foi o papel que tiveram os jornais e como eles sofreram influência ou influenciaram os acontecimentos durante o segundo período Vargas ou a Ditadura militar, por exemplo, é sem dúvida essencial para entender sua história – mas não é isso que define sua especificidade jornalística do ponto de vista historiográfico. A prova está que, recapitulando a historiografia mais geral a respeito dos fatos citados, não faltam menções ao papel (ativo ou passivo) que tocou aos periódicos, quando foi o caso (vide, por exemplo, as referências à imprensa feitas nos vários volumes da conhecida *História da República*, de Edgar Carone).

Com isso, estamos salientando a necessidade de fazer intervir num relato focado na história do Jornalismo uma abordagem imanentista, capaz de informar o modo como seu mundo (o da prática jornalística) se estrutura historicamente em suas sucessivas conjunturas. A perspectiva que situa o fenômeno em seu contexto mais amplo precisa ser complementada por outra mais internalista, que destaque as concepções doutrinárias e práticas objetivas que intermediaram jornalisticamente o processo global de uma dada época histórica.

*História do Jornalismo no Brasil* peca pela falta dessa última. Os autores examinam o fenômeno no ambiente, sem contudo abrir aquele a um escrutínio mais íntimo. A realidade das redações e do processo de elaboração do meio impresso, as crenças institucionais, os critérios de recrutamento e seleção dos sujeitos, enfim, os pontos todos que, tomados em conjunto, definem as chamadas rotinas da atividade jornalística não comparecem adequadamente no trabalho.

Desde esse ponto de vista, a pesquisa fica pelo meio do caminho e não nos parece que o problema se origine de uma limitação de espaço. O problema não é de fato aventado, até porque se fosse levado em conta, um remanejamento dos textos poderia integrá-lo bem ao volume. O capítulo que encerra o volume é uma prova disso: os acontecimentos dos últimos 10 anos não apenas estão claramente superdimensionados em relação aos restantes, mas enfatizam demais a cena política em detrimento dos bastidores jornalísticos.

Para nós, o resultado disso tudo é o surgimento de certo viés interpretativo passível de questionamento material por parte do leitor mais crítico. Os autores, de fato, trabalham com a premissa de que a atividade jornalística é função da história política. A forma de ser da imprensa se define a partir dos embates e interesses que surgem na esfera do Estado, do poder político e do exercício da cidadania. cremos, porém, que se bem isso é verdade, não o é sempre e varia de acordo com as circunstâncias mais amplas de cada época, podendo mesmo, em certos momentos, se tornar irrelevante para entender o Jornalismo.

Tivessem os autores dedicado maior cuidado aos aspectos imanentes ao fenômeno em foco, teriam notado de forma mais firme, por exemplo, o processo que, desde no final do século passado, insere os jornais em grupos multimídia e, por essa via, os atrela à dinâmica da indústria cultural. Os jornais não apenas são cada vez mais entidades empresariais como o são na condição de empresas estruturadas em função do mercado de bens de consumo leveiro e dos negócios com o elemento espiritual desses bens, como foi muito bem documentado, pioneiramente, por Habermas e, entre nós, por Renato Ortiz.

Quando se quer entender o papel dos jornais na vida pública não se pode deixar de levar em conta os fatores políticos que aí intervêm, mas ficará sem bom entendimento aquele que esquecer o modo como, a partir de certo momento, as relações mercantis estruturam o sentido e limites dessa intervenção para a sociedade. E, para tanto obter, é imprescindível fazer o registro, por mínimo que seja, do modo como eles se converteram em negócios e se organizam como empreendimentos capitalistas integrados em corporações multimídia.

A perspectiva, é claro, não se aplica a toda a trajetória da imprensa: antes de meados do século passado, era outra a racionalidade a comandar suas intervenções – mas também nesse caso, bem registrado pela obra, falta ao texto a análise imanente que permitiria caracterizar a estrutura, funcionamento e forma de atuação dos jornais no período. Os esquemas textuais e organizacionais que marcaram seu longo período de hegemonia não são examinados, ficando fora do relato as referências literárias e político-partidárias que ajudariam a entender melhor o Jornalismo que interveio em nosso meio entre 1822 e 1945.

Secundário em relação a esse problema, mas não menos importante do ponto de vista do que na obra se propõe, é a restrição da matéria à cena jornalística do eixo Rio-São Paulo. Ninguém contesta que, durante mais de um século, coube aos jornais cariocas o principal no tocante à formação e representação da opinião pública nacional. Que depois de 1960, os processos de inovação e os pontos de irradiação de influência sobre a imprensa brasileira se deslocaram para São Paulo. Porém, não fica bem em obra com

título tão ambicioso, como é o caso da resenhada, restringir seu escopo às capitais desses dois estados: seria preciso dar pelo menos uma idéia do que houve no restante do Brasil.

Como se trata de um manual, o expediente precisa ser bem pensado, tanto para não sobrecarregar o volume, quanto para o mesmo não perder o foco e relevância. Porém, não se pode abrir mão do mesmo. Não há como dispensá-lo sem causar prejuízo à cognição do assunto. Por exemplo, os autores poderiam, em cada capítulo, ter aberto parágrafos para sumariar os principais elementos e características da imprensa das várias regiões, senão de alguns estados em particular, como Pernambuco, Bahia, Minas Gerais ou Rio Grande do Sul. Esboçado no capítulo 3 (p. 49-50), o procedimento é abandonado em seguida, caminhando o texto para um afunilamento da matéria dentro do mencionado eixo Rio – São Paulo.

Também, mais do que pertinente, seria recomendável, no sentido que estamos referindo, fazer constar no texto gráficos e tabelas estatísticas sobre a evolução da imprensa nacional. Dados sobre o número de jornais em circulação por estado em vários períodos, sobre as tiragens de jornais em particular e em geral, sobre o pessoal empregado nas várias funções da atividade e tantos mais quanto fossem pertinentes para o esclarecimento mais amplo do assunto são fáceis de coligir.

Os levantamentos estatísticos oficiais existem e estão disponíveis, isso para não falar do que já está elaborado na vasta literatura listada pelos autores ao final do seu volume. Organizá-los em tabelas estatísticas e gráficos ilustrativos ajudaria em muito o texto a dar ao leitor uma idéia descarnada mas concisa ou resumida do panorama mais amplo de nossa imprensa periódica, sanando o mais grave da falta que estamos reclamando da obra nesta altura.

De todo modo, cumpre notar que essas observações não têm intenção de depreciar o texto ora em consideração. Os autores trabalharam bem, entrevistaram de maneira oportuna e, assim, colocam à disposição dos interessados no assunto obra que estava faltando no mercado e era exigida nos meios acadêmicos e intelectuais. Notando alguns pontos que nos parecem problemáticos na proposta que apresentam, pretendemos sobretudo fazer valer o que

se chama, às vezes, de tarefa construtiva da crítica. Isto é, provocar uma reflexão sobre os limites e eventuais falhas de construção do conhecimento para que, oferecendo-se nova oportunidade, seus autores possam avaliar com mais foco e clareza a propriedade de seu projeto e o entendimento de seu objeto de investigação.